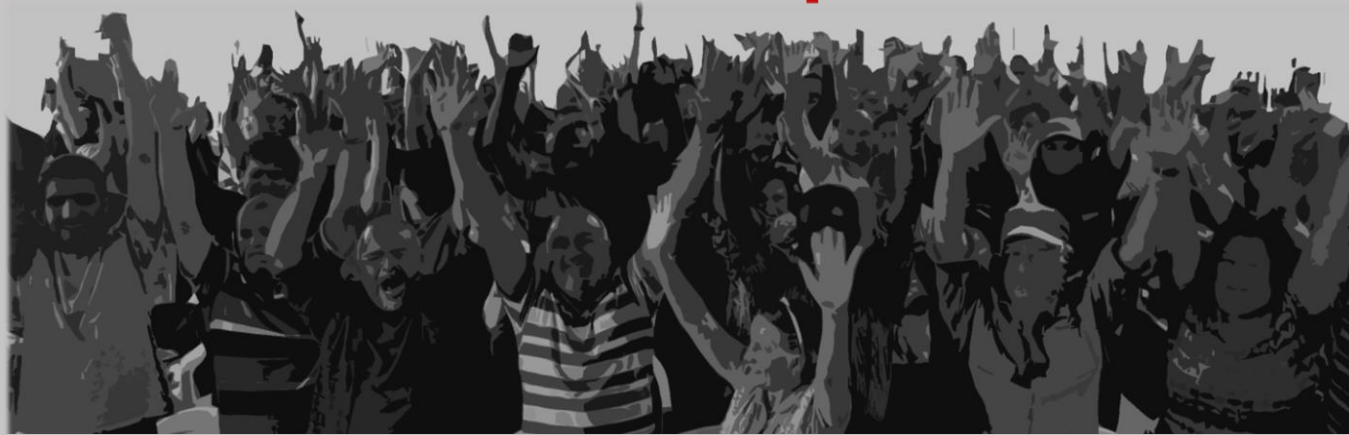


Assembleia aprova manter indicativo de Greve a ser avaliado na próxima semana



Na Assembleia Geral, realizada nesta quarta, 11/10, fizemos uma discussão sobre a situação da Universidade neste momento, especialmente em face da importante Greve das(os) estudantes.

A partir dos informes das reuniões de unidade, a avaliação da Assembleia foi de que precisamos fortalecer ainda mais nossa mobilização, buscando retomar pautas importantes para a categoria, especialmente o tema das contratações de funcionárias(os), bem como os itens da nossa Pauta Específica. Um dos encaminhamentos aprovados foi redigirmos uma Carta Aberta desmascarando as mentiras da reitoria, que na negociação com as (os) estudantes declarou que estaria em curso um plano de reposição de funcionários, com o compromisso de seguir repondo as perdas dos anos anteriores. Essa é aquela típica meia verdade. Como não existe

meia mentira, é só mentira mesmo. Primeiro porque perdemos, desde 2014, mais de 4 mil funcionários da USP, e a proposta de contratação da reitoria é de 400 até o final da gestão Carlotti. E sobre a reposição das perdas dos anos anteriores, a começar por 2022, é uma falácia. O critério que a reitoria usou foi o da conversão de vagas de básico e de técnico para vagas de superior, na proporção de 3 básicos ou de 2 técnicos para 1 superior. Além disso, a distribuição dessas vagas para as unidades utiliza critérios arbitrários. Logo, não é reposição, mas sim enxugamento!

A assembleia também aprovou a continuidade do Indicativo de Greve. A proposta é realizar novas rodadas de reuniões de unidade, discutindo a necessidade de construirmos a mobilização!

Luta dos trabalhadores do Bandeirão Central garante compromisso de não alterar escalas e reafirma o apoio à Luta unificada com estudantes!

Com a divulgação da ata da reunião de negociação dos estudantes com a reitoria, na qual consta como uma das propostas da administração a abertura dos bandeirões para as 3 refeições aos sábados e domingos, os trabalhadores do bandeirão central realizaram uma manifestação para exigir que não fossem afetados com sobrecarga de trabalho, já que a medida não prevê abertura de contratações.

Com a mobilização, a PRIP, que coordena os restaurantes, emitiu um compromisso formal de que essa medida exclui o bandeirão central, que não terá seu funcionamento alterado, e que os funcionários efetivos da USP não terão seus horários e dias de trabalho alterados.

Evidentemente trata-se de um tema complexo, pois é um direito dos estudantes, especialmente os que vivem nas moradias estudantis, a garantia de refeições aos finais de semana. Por outro lado, a política da reitoria de desmonte e sucateamento leva a uma contradição com a condição real de trabalho dos funcionários do setor, bem como abriu caminho pra avançar a terceirização. Nesse sentido, os trabalhadores reafirmaram em reunião o Apoio às demandas estudantis e aos estudantes em Greve, mas reforçando a importância de buscarmos a unidade na Luta para evitarmos que eventuais conquistas de uma categoria possam representar algum nível de ataque para outra.

REITORIA RECUA E PROCURADORIA GERAL DIZ QUE "REITOR NÃO DEMITIU NINGUÉM" [AINDA]



Graças à solidariedade e a luta dos estudantes, ADUSP, sindicatos da CSP/CONLUTAS, Fórum das Seis, Movimentos Sociais, Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, Rede Sindical da Baixada Santista, atuação dos advogados do sindicato (Dr. Luis Eduardo Greenhalg e Dr. Fabio) centenas de apoiadores como deputados estaduais e federais, e o mais importante na luta de classes - **RESISTÊNCIA E DETERMINAÇÃO DOS TRABALHADORES - SERVIDORES PÚBLICOS DA USP** - dos Navios Alpha Crucis, Alpha Delphini e embarcações de Ubatuba e Cananeia, reitoria marca e realiza reunião com SINTUSP, advogados das tripulações (30 funcionários) e Comissão dos Funcionários dos Navios do Instituto Oceanográfico, na terça-feira (10/10), reabrindo as negociações.

Na reunião (virtual) reitoria veio representada pelo Prof. João Mauricio (Coordenador da CODAGE) e os Procuradores Prof. Dr. Marcelo Bonizzi e Dra. Adriana.

A reitoria inicia a reunião com "recoo", apresentando considerações, dentre elas: **"a universidade tem primazia pela legalidade" e dizendo que o reitor (ainda) não demitiu ninguém.** Que legalidade é essa, a Procuradoria Geral endossando, o pedido da reitoria, para que os trabalhadores fiquem em suas casas, ganhando dinheiro público, até o reitor decidir o que fazer com eles, ou seja, tempo para eles consertarem os vícios processuais ocorridos, que ainda podem incidir em improbidade administrativa e a CODAGE querendo demiti-los sem pagar direitos.

"Não seria o caso da aplicação do Princípio trabalhista da Primazia da Realidade, onde a realidade dos fatos vale mais do que os documentos, tendo em vista que essa irregularidade persistiu por mais de 35 anos, considerando a nulidade dos contratos, podendo afirmar sem nenhuma margem de erro que TODOS os trabalhadores dos navios, contratados e demitidos pela USP, foram considerados servidores públicos celetistas, e nas demissões, ao se

desvincularem da USP, com todos os seus direitos pagos pela universidade, nos termos que determina a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho" (fala de um membro da Comissão dos Trabalhadores). Agora, com o agravante, de que além dos direitos trabalhistas esses trabalhadores terão direitos de **"danos morais"** pelo assédio moral coletivo que estão sofrendo, desde maio deste ano.

O único direito que os trabalhadores demitidos durante esses anos não tiveram resguardado foi o auxílio desemprego, pois ao requererem este direito, receberam como resposta do organismo que o concede que como "servidores públicos" os mesmos não tinham direito. Aqui fica uma dúvida: "Todos os reitores e diretores do Instituto Oceanográfico até aqui não teriam prevaricado, incorrendo em improbidade administrativa? A reitoria e Procuradoria Geral ainda têm muitas respostas a dar aos trabalhadores e à comunidade uspiana.

O Prof. João Mauricio não responde nada sobre a Licitação "tortuosa", que fizeram à revelia da defesa dos trabalhadores durante a sindicância e agora processo administrativo, mas insiste na "Transição das tripulações", ou seja, desembarque dos trabalhadores atuais e embarque dos trabalhadores da empresa que ganhou a licitação, assinou contrato com a USP e ainda apresenta pendências. O avanço para os trabalhadores foi: o Professor João Mauricio afirmou que caso sejam demitidos, a USP pagará todos os direitos.

Os trabalhadores continuam resistindo e trabalhando nos navios e embarcações, guardando, zelando e cuidando com muita expertise do Patrimônio Público, como sempre fizeram! Aguardemos então o parecer do reitor e a reunião marcada para a semana vindoura.

A luta não terminou! A luta continuará até que os trabalhadores garantam os seus empregos e os seus direitos trabalhistas!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 – Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br